

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento  
Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                 | <b>2</b>  |
| Título: Principais estatais têm lucro 70% maior no ano.....                          | 2         |
| Título: Investimento chinês cresce neste ano e deve acelerar nos próximos dias ..... | 3         |
| Título: Sanções dos EUA elevam tensão com Alemanha .....                             | 6         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                           | <b>10</b> |
| Título: Venezuelanos se rebelam na fronteira com Brasil .....                        | 10        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                              | <b>11</b> |
| Título: A ilusão do petro-Estado.....                                                | 11        |
| Título: Para 42% da população, governo agiu mal em crise do óleo no litoral.....     | 13        |
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                        | <b>16</b> |
| Título: Porque parou? Parou por quê? .....                                           | 16        |

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Data:** 23/12/2019**Seção:** Brasil**Autor:** Edna Simão**Título:** Principais estatais têm lucro 70% maior no ano

O lucro dos cinco conglomerados de estatais federais - Petrobras, Eletrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - registrou aumento de quase 70% no período de janeiro a setembro deste ano na comparação com o mesmo período de 2018. A execução do orçamento de investimentos, considerando todas as empresas, no entanto, não chega a 30% do aprovado para o ano.

Segundo dados da 12ª edição do Boletim das Estatais Federais, essas

companhias tiveram um lucro de R\$ 85,2 bilhões até setembro ante R\$ 50,2 bilhões do mesmo período de 2018. O resultado do 3º trimestre já é maior que o acumulado em todo o ano de 2018 (R\$ 71,5 bilhões). No caso do investimento, do total aprovado de R\$ 120,8 bilhões para o ano, o executado chegou a 26,4%.

O secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Fernando Soares, disse ao **Valor** que a elevada lucratividade dessas empresas - que representavam 96% dos ativos das estatais - está diretamente ligado ao processo de reestruturação das companhias, com redução do endividamento e gastos com pessoal e ganho de produtividade, o que tem gerado “dividendos estruturais” à União.

Soares explicou que o investimento menor tem relação com a reestruturação das empresas. Segundo ele, no passado, houve um soluço do investimento e agora ele está voltando à normalidade. O secretário lembrou que foram feitos muitos investimentos de retorno duvidoso, e com a revisão disso a tendência é que ocorra queda.

Ele destacou que esse processo de reestruturação ainda não chegou ao fim. Os resultados obtidos pelas empresas até o momento reforçam o objetivo do governo de privatizar suas companhias.

Com apuração de lucro maior, o repasse de dividendos totalizou R\$ 16,3 bilhões nos nove primeiros meses de 2019 contra R\$ 11,6 bilhões

repassados ao longo de todo o ano de 2018. Também foi reduzido o aporte da União sobre as estatais, que totalizou R\$ 1,5 bilhão de janeiro a setembro do ano, um terço da marca de R\$ 4,5 bilhões estimada em 2018.

O boletim mostra que houve redução progressiva no endividamento das estatais desde 2015, partindo de R\$ 544 bilhões na época para os atuais R\$ 325 bilhões em setembro de 2019.

Os resultados apresentados reforçam “o claro objetivo do governo com relação à privatização”, disse Soares. “Enquanto tais processos não são efetivados, ou mesmo para as quais não se pretende desestatizar, é necessário continuar trabalhando para o aumento dos resultados e redução dos custos de cada empresa.”

O boletim mostra que até setembro de 2019 ante mesmo período de 2018, houve redução de cerca de 14,3 mil funcionários, com destaque para o Correios, onde foram desligados cerca de 5,6 mil empregados. Do total, cerca de 3,5 mil cortes decorreram das desestatizações. O restante foi, em grande parte, resultado da implementação de programas de demissão voluntária, cuja estimativa de economia na folha de pagamentos é da ordem de R\$ 1,43 bilhão.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 23/12/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Marta Watanabe**

**Título: Investimento chinês cresce neste ano e deve acelerar nos próximos dias**

Os investimentos chineses no Brasil devem terminar o ano com avanço em relação a 2018 e as perspectivas são de crescimento ainda maior para os próximos anos. A retomada do programa de privatizações e concessões a partir de 2020, aliada à esperada melhora no ritmo de recuperação econômica, deve garantir a participação dos chineses não somente em grandes projetos de infraestrutura como também viabilizar diversificação e investimentos em projetos novos (“greenfield”, segundo representantes do governo, de empresas e analistas. Como pano de fundo, há a percepção de esforço do governo dos dois países para superar divergências políticas.

Segundo dados da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligada ao Ministério da Economia, os investimentos chineses no Brasil somaram até

setembro US\$ 1,87 bilhão neste ano, praticamente empatado com os US\$ 1,8 bilhão em igual período do ano passado.

Segundo Renato Baumann, subsecretário para investimentos estrangeiros da secretaria-executiva da Camex, o último trimestre deverá somar aos números parciais valores importantes. Entre eles, o subsecretário ressalta o investimento a ser feito pelo consórcio formado pelos grupos chineses CCCC e CR20 para a construção da ponte Salvador-Itaparica. Sem concorrentes, o consórcio venceu o leilão no último dia 13. O investimento total previsto é de R\$ 5,3 bilhões, mas o governo estadual da Bahia contribuirá com aporte de R\$ 1,5 bilhão. Com as operações do último trimestre, os investimentos devem superar os US\$ 3,5 bilhões de investimentos totais do Brasil em 2018, diz ele.

Os dados da Camex se referem a investimentos confirmados, considerados como os anúncios de aportes direcionados a empreendimentos e projetos no Brasil, cuja informação seja passível de confirmação por mais de uma fonte de dados. Os valores contemplam não só fusões e aquisições, nos quais o investidor investe em um negócio já existente, como também o chamado “greenfield”, no qual o investidor constrói uma estrutura para uma nova operação.

Leonardo Dell’Oso, sócio da PwC Brasil, diz que os dados da empresa de consultoria e auditoria mostram também crescimento no volume de operações de fusões e aquisições. “Neste ano até novembro tivemos dez operações em investimentos chineses até o início de novembro. Devemos chegar a 12 até o fim do ano. Em 2018 foram sete ao todo.” A expectativa é de que haja expansão em 2020.

A consultoria britânica Dealogic, que contabiliza também operações de fusões e aquisições, mostra que os investimentos chineses cresceram de US\$ 195,5 milhões em 2018 para US\$ 784,5 milhões neste ano, com dados atualizados até o início de dezembro.

Num critério mais amplo, os dados divulgados pelos centros de estudos The Heritage Foundation e American Enterprise Institute, ambos dos Estados Unidos, mostram que os investimentos chineses no Brasil, incluindo o setor de construção, subiram de US\$ 1,51 bilhão para US\$ 1,68 bilhão do primeiro semestre de 2018 para igual período deste ano.

Tulio Cariello, coordenador de análise do Conselho Empresarial Brasil China (CEBC), diz que ainda é cedo para afirmar o montante, mas, segundo ele,

“possivelmente houve um aumento no valor dos investimentos em 2019, se comparados a 2018”. Para Cariello, isso deve acontecer sobretudo por conta de grandes projetos em estudo por empresas chinesas no Brasil. Empresas com presença já consolidada no país, diz o coordenador, anunciaram que seguiriam ampliando seus investimentos por aqui.

Além da vitória do consórcio da CCCC e da CR20 no leilão da PPP estadual da ponte Salvador-Itaparica, Cariello destaca que a BYD indicou interesse em comprar a fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (SP). Houve ainda anúncio de parceria de CNOOC e CNODC Petroleum com a Petrobras no leilão do pré-sal. O governo de São Paulo, lembra Cariello, anunciou que a PowerChina deve participar das obras da Linha 2-Verde do metrô paulistano.

“Ou seja, é bastante claro que o interesse de empresas chinesas em investir no Brasil se manteve em 2019, sobretudo em um momento em que houve uma série de leilões e projetos de privatização”, diz Cariello. Empresas chinesas das áreas de infraestrutura e energia apresentaram projetos volumosos em termos de valor. É perceptível que há grande interesse chinês em continuar a investir nessas áreas.”

Apesar do esperado crescimento para este ano, o valor está distante dos registrados em 2017. Segundo dados da Camex, em 2018 os investimentos chineses confirmados somaram praticamente US\$ 15 bilhões. Baumann pondera que em 2017 houve leilões importantes com participação intensa da China. Foram operações que concentraram valores altos. Um dos maiores do período foi o investimento da State Grid na CPFL Energia, que ultrapassou US\$ 12 bilhões de 2016 a 2017.

Em 2018 o processo de privatizações e concessões do governo federal ficou paralisado e a expectativa é de que isso seja retomado com mais intensidade no primeiro semestre de 2020, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), em áreas de infraestrutura de grande interesse dos chineses, como ferrovias e hidrelétricas, aeroportos e portos, entre outros, diz Baumann.

Para ele, estão superadas as apreensões anteriores em relação às declarações do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, quando ainda era candidato às eleições. Ele cita a reativação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) e a viagem de Bolsonaro

à China, seguida da visita do presidente Xi Jinping ao Brasil como sinalização nesse sentido.

Dell'Oso, da PwC Brasil, avalia que a superação de divergências é algo que vem sendo buscado. Ele lembra que há o efeito polarizador do atual conflito entre Estados Unidos e China. Nesse cenário, houve, diz ele, um distanciamento mais recente do Brasil em relação aos EUA em razão das declarações do presidente americano Donald Trump sobre a desvalorização cambial pelo Brasil. "A diplomacia brasileira tem deixado a questão ideológica de lado para centrar-se mais na questão mais comercial e técnica."

A retomada da economia brasileira veio de forma mais lenta que a esperada, mas as projeções de expansão da economia em torno de 2,7% em 2020 num momento em que a economia global deve se desacelerar traz perspectivas positivas para o Brasil, diz Dell'Oso. Isso, avalia, traz o investidor estrangeiro como um todo, inclusive o chinês que, além dos grandes projetos de infraestrutura, também passa a mostrar interesse por maior diversificação na destinação de recursos, movimento favorecido pela expectativa de um cenário com maior geração de emprego, renda e elevação do consumo.

Baumann diz que os grandes projetos de infraestrutura devem continuar sendo relevantes nos investimentos chineses, mas o crescimento econômico favorece a diversificação. De acordo com dados da Camex, os investimentos com recursos origem China em 2019 foram divididos principalmente em eletricidade - US\$ 785,6 milhões - e em indústria - US\$ 1,08 bilhão. Na área industrial, um investimento destacado pela Camex foi a confirmação da empresa de tecnologia Huawei, em agosto, de aporte financeiro de US\$ 800 milhões no Estado de São Paulo.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 23/12/2019

**Seção:** Mundo

**Autor:** Guy Chazan

**Título:** Sanções dos EUA elevam tensão com Alemanha

As sanções americanas significam que executivos, funcionários e acionistas de empresas contratadas para construir o gasoduto podem ter os seus ativos congelados e sua entrada negada nos EUA

Financial Times, de Berlim - O embaixador dos EUA em Berlim, Richard Grenell, defendeu as sanções dos EUA contra o oleoduto Nord Stream 2, projetado para abastecer a União Europeia (UE) com gás russo, como “extremamente pró-europeu”. Mas Berlim condenou as sanções americanas como “interferência” em seus assuntos internos e Moscou ameaçou “responder”.

Após o anúncio das sanções dos EUA, a Allseas, empresa suíça que é a principal contratada da Nord Stream, decidiu suspender o trabalho de instalação do oleoduto.

Defensor das políticas do presidente Donald Trump, Grenell disse: “Há 15 países, além da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, que manifestaram preocupação com o projeto”.

Ele disse que as sanções, que foram sancionadas por Trump na sexta-feira, eram “uma posição extremamente pró-europeia”. Os EUA estão “muito satisfeitos” com o fato da Allseas ter decidido cumprir as sanções, acrescentou.

O Nord Stream 2 é um gasoduto de € 9,5 bilhões que transportará gás natural diretamente da Rússia para a Alemanha através do Mar Báltico. Trump tem se manifestado contra o projeto, dizendo que isso aumentaria a dependência da Alemanha pelo gás russo e, dessa forma, tornaria a maior economia da Europa “refém” da Rússia.

As medidas punitivas ameaçam deteriorar ainda mais as relações entre Berlim e Washington, já prejudicadas pelos constantes ataques de Trump ao superávit comercial da Alemanha e seu fracasso em cumprir as metas de gastos com defesa da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte, a aliança militar do Ocidente).

O ministro das Finanças da Alemanha, Olaf Scholz, descreveu as sanções dos EUA como “séria interferência nos assuntos internos da Alemanha e da Europa e nossa própria soberania”. Tais medidas são “incompreensíveis e impróprias para aliados que também estão membros da Otan”, disse.

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, alertou ontem que a Rússia responderá as sanções americanas com medidas que não prejudicarão a economia russa, mas sem dar detalhes.

Grenell insistiu que Trump está apenas perseguindo uma meta de longa data dos EUA, observando que o governo Barack Obama também se opunha ao Nord Stream 2.

“A política dos EUA é pela diversificação europeia e garantir a existência de múltiplas fontes [de energia]”, afirmou. Washington quer evitar uma situação em que “um país ou fonte tenha a capacidade de criar alavancagem indevida sobre a Europa”, acrescentou.

Críticos disseram que o gasoduto permitirá à Gazprom, controlada pelo Kremlin e que tem o monopólio de exportação de gás russo, contornar a Ucrânia, privando Kiev de bilhões de dólares em tarifas de trânsito e enfraquecer o país - que trava um longo confronto militar e político com a Rússia.

Mas esse risco diminuiu na semana passada, depois que Moscou e Kiev concluíram um acordo histórico que garantiria que o gás russo continuará a passar pela Ucrânia, mesmo após a conclusão do Nord Stream 2. A Alemanha desempenhou um papel crítico na mediação do acordo e na pressão da Rússia para manter o status de trânsito da Ucrânia.

As sanções dos EUA, parte da Lei de Autorização de Defesa Nacional para 2020, obrigam Trump a punir as empresas envolvidas no fornecimento de “embarcações para a instalação do gasoduto em águas profundas para o Nord Stream 2”.

Os senadores americanos Ted Cruz e Ron Johnson, dois dos patrocinadores das sanções, chegaram a escrever para o executivo-chefe da Allseas, Edward Heerema, pedindo a suspensão imediata de seu trabalho.

“Entendemos que a Rússia está pagando à Allseas uma quantia muito significativa para concluir o gasoduto do Nord Stream 2”, escreveram os senadores. Eles alertaram que a continuação do trabalho “por um único dia” iria expor a companhia suíça a “sanções legais e econômicas esmagadoras e potencialmente fatais”.

Lavrov prometeu ontem que o gasoduto - e um projeto semelhante para canalizar gás para a Turquia também afetado pelas sanções - seria lançado independentemente da decisão dos EUA.

“Os europeus entendem seu interesse comercial”, disse o chanceler russo. “Um interesse do ponto de vista de fornecer segurança energética a longo prazo.”

As sanções americanas significam que executivos, funcionários e acionistas da Allseas podem ter seus ativos congelados e sua entrada negada nos EUA.

Em comunicado, a Allseas disse que suspendera as atividades de instalação de tubos para o Nord Stream 2 e iria proceder de acordo com as disposições das sanções. A companhia disse esperar “orientações que incluam os esclarecimentos regulatórios, técnicos e ambientais necessários da autoridade americana relevante”.

Enquanto isso, o Nord Stream 2 disse que o gasoduto será concluído, apesar das sanções. Já foram instalados cerca de 2.100 km de tubulação, restando apenas 300 km. Segundo a companhia, concluir o empreendimento com sucesso é “essencial para a segurança de abastecimento da Europa”.

Uma porta-voz disse que a premiê alemã, Angela Merkel, “lamentava” a medida americana. “[As sanções] afetam empresas alemãs e europeias e representam interferência em nossos assuntos internos”, disse a porta-voz em nota.

As sanções contra o Nord Stream 2, que Washington justifica como um meio de proteger os interesses da Ucrânia, são “particularmente difíceis de entender” à luz do acordo de trânsito de gás entre Ucrânia e Rússia, disse ela.

Por outro lado, autoridades ucranianas sugeriram que a Gazprom nunca teria chegado a um acordo com Kiev não fosse pelas sanções dos EUA. A medida teria fortalecido a negociações com a Rússia sobre o trânsito de gás para a Europa e “desempenhou um papel crucial na prevenção de monopólios no mercado de energia da UE”, tuitou Oleksiy Honcharuk, premiê da Ucrânia, no sábado.

Em linha com o discurso de Grenell, Honcharuk disse que a rejeição da Ucrânia ao Nord Stream 2 foi compartilhada por “muitos outros países da UE, que nos últimos anos se colocaram contra a esse projeto”.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo**Data:** 23/12/2019**Seção:** Internacional**Autor:** AFP**Título:** Venezuelanos se rebelam na fronteira com Brasil

Membros da Guarda Bolivariana e indígenas atacam quartel e posto policial em Santa Elena de Uaiarén; militar morre em confronto

CARACAS - Membros da Guarda Nacional Bolivariana, apoiados por um grupo de indígenas reservistas do Exército, se sublevaram ontem e roubaram dezenas de armas no Estado de Bolívar, na fronteira com o Brasil. Um militar leal ao regime de Nicolás Maduro morreu durante confronto e um rebelde ficou ferido e foi preso. O ministro da Defesa da Venezuela, Vladimir Padrino, disse que seis rebeldes foram presos e estavam sendo interrogados. Já o ministro de Comunicação, Jorge Rodríguez, disse em sua conta no Twitter, sem oferecer provas, que os envolvidos “foram treinados por paramilitares na Colômbia e receberam a colaboração do governo de Jair Bolsonaro”.

Segundo Ricardo Delgado, ex-prefeito de Gran Sabana, os insurgentes tomaram um comandante como refém e pertencem ao batalhão 513 Mariano Montilla, localizado na cidade de Luepa, a 180 quilômetros de Santa Elena de Uaiarén, que fica na divisa com a cidade brasileira de Pacaraima. “Os oficiais estão sendo apoiados por 30 indígenas de várias comunidades, que atenderam ao chamado dos militares pelo fim da ‘usurpação’”, disse Delgado. O jornalista Román Camacho disse em sua conta no Twitter que os oficiais tomaram o 5102 Esquadrão de Cavalaria Motorizado em Santa Elena de Uaiarén, de onde levaram 112 fuzis AK 103 e munição, além de um caminhão.

Depois, assaltaram um posto policial em San Francisco de Yuruaní e levaram nove pistolas e cinco fuzis. Durante a fuga, os rebeldes passaram por um ponto de controle militar, onde ocorreu um confronto. Um soldado morreu. O ex-membro da Guarda Nacional Bolivariana Darwin Malaguera Ruiz ficou ferido e acabou sendo preso. Foram recuperados 82 fuzis AK 103, 60 granadas e 6 caixas de munição. Segundo Camacho, os militares lançaram uma operação para recuperar o restante das armas e deter o restante do grupo rebelde. A sublevação ocorreu em uma zona conhecida como O Arco Mineiro do Orinoco, uma área de 111.000 km<sup>2</sup>, 12% da extensão do país.

Trata-se de uma zona amazônica rica em ouro, diamantes e coltan, usado na fabricação de telefones celulares. A Rússia tem vários interesses na região. Nas últimas semana, Moscou instalou radares de última tecnologia para, aparentemente, extrair minerais. Se a sublevação se aprofundar, o regime Maduro terá de dar explicações a seu aliado Vladimir Putin. Em mensagens de WhatsApp, os moradores de Santa Elena de Uairén pedem apoio aos rebeldes que, segundo eles, “estão dando a vida pela liberdade da Venezuela”.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 23/12/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Mathias Alencastro

**Título:** A ilusão do petro-Estado

Decadência do petróleo fará Brasil repensar seu lugar no mundo

No final de outubro, quando passava o chapéu na Ásia a pedido de Paulo Guedes e dos executivos da Petrobras, que já antecipavam o fracasso do leilão de petróleo da ANP, Jair Bolsonaro encerrava, da forma mais melancólica possível, uma década marcada pela descoberta do pré-sal. Na virada da década passada, Lula surgia com as mãos banhadas pelo ouro negro. A Petrobras era a empresa mais valorizada do planeta. Especialistas comparavam o Atlântico Sul à Arábia Saudita.

Logo depois, Dilma fez campanha prometendo fundo soberano e recursos infinitos para a educação. No meio de tanta euforia, a queda abrupta do preço do petróleo em 2015 foi vista como um mero acidente de percurso. O ajuste fiscal seria rapidamente compensado pela iminente ascensão do Brasil ao status de petro-Estado. Só que isso nunca aconteceu.

Durante décadas analistas profetizaram sobre um possível pico da produção de petróleo previsto para 2005, 2018 e agora 2025. Porém, revelou-se que o problema não estava na oferta, mas na demanda.

A transição dos Estados Unidos de importador a exportador de hidrocarbonetos, o abrandamento da economia chinesa e a pressão política e social na Europa, onde os carros elétricos são onipresentes, alteraram o cálculo das grandes corporações.

Só neste ano, Repsol, BP e Chevron reavaliaram para baixo o valor de todos os seus ativos. Rompendo arranjos do tempo colonial, Exxon e Total desinvestiram na Nigéria e na Argélia para apostar na produção de gás natural em Moçambique. Até ontem impensável, a maior petroleira do mundo, a Saudi Aramco, iniciou um processo de abertura de capital

Nada disso é surpresa. Qualquer pessoa remotamente ligada à indústria petrolífera sabe que os EUA iniciaram, no começo do século, uma revolução no setor do gás de xisto.

Estratégias de diversificação e sustentabilidade começaram a ser concebidas nessa mesma década. A despeito das evidências, o Estado brasileiro achou bom aproveitar a década de 2010 para estruturar a produção industrial em torno da Petrobras.

Os geniais engenheiros da empresa não mereciam dirigentes com o cérebro congelado nos anos 1950. E tampouco merecem os atuais, que preferem uma política de obsolescência programada a uma estratégia de transição energética.

O fim da ilusão do petro-Estado trará profundas mudanças nos discursos políticos. Para evitar o ridículo, a esquerda nacionalista terá de inventar outro motivo além do petróleo para explicar o intervencionismo norte-americano, e a direita liberal terá deparar de vender a privatização da Petrobras como a solução milagrosa para as contas do Estado.

No médio prazo, o Brasil terá de repensar o seu lugar no mundo, secularmente definido pela posição da Petrobras na economia internacional. É fato que não nos tornaremos uma Venezuela, muito menos uma Noruega.

O fim da ilusão do petro-Estado também é o fim de uma ideia de modernidade que definiu as aspirações dos brasileiros, não apenas na última década, mas no último século.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Data:** 23/12/2019**Seção:** Especial**Autor:** Phillippe Watanabe**Título:** Para 42% da população, governo agiu mal em crise do óleo no litoral

Outros 31% consideram atuação regular; gestão Bolsonaro demorou a se pronunciar a respeito e fez ilações sem provas

São Paulo - Para 42% da população, o governo Jair Bolsonaro teve um desempenho ruim ou péssimo ao lidar com o vazamento de óleo que atinge o litoral brasileiro desde o fim de agosto. Outros 31% consideram a ação do governo regular e 23%, ótima ou boa.

Já no Nordeste, região mais afetada pelas manchas de óleo, a avaliação negativa é maior. Metade da população nordestina considera ruim ou péssimo o desempenho de Bolsonaro em relação à crise.

Manchas de óleo apareceram primeiro na Paraíba e se espalharam por todos os estados nordestinos. No Sudeste, apareceu em quantidades menores no Espírito Santo no início de novembro e mais tarde no norte do Rio de Janeiro.

Os dados da pesquisa Datafolha, feita com 2.948 pessoas acima de 16 anos em 176 municípios nos dias 5 e 6 de dezembro de 2019, mostram que a maior parte dos brasileiros (92%) tomou conhecimento do maior desastre ambiental em extensão no litoral do país. O incidente afetou turismo e pesca e fez com que praias paradisíacas ficassem cobertas de grandes manchas negras.

Até o momento, 972 pontos foram afetados, e mais de cem animais morreram após contato com o petróleo —a maioria são tartarugas marinhas.

A opinião de empresários em relação às ações do governo para conter o óleo vai no caminho oposto do que pensam os brasileiros em geral. Para 46% dos empreendedores, as respostas de Bolsonaro em relação ao desastre foram consideradas ótimas. Já 60% dos estudantes consideraram-nas ruins ou péssimas.

Além de parte da população, especialistas e ambientalistas veem problemas no desempenho do governo e, durante meses, apontaram erros e cobraram atenção ao caso.

“A resposta foi muito aquém da necessária, tanto para a investigação da origem do óleo como nos processos pouco transparentes com que o Brasil conduziu essa gestão”, diz Maurício Voivodic, diretor-executivo da ONG WWF-Brasil. “A transparência dá segurança para a população, e a falta dela deixou todos nós muito preocupados e inseguros. Estamos assim até hoje.”

O primeiro pronunciamento oficial em rede nacional sobre o vazamento de óleo ocorreu 55 dias após seu início. Um site para centralizar informações foi colocado no ar 56 dias depois. O presidente Jair Bolsonaro não visitou nenhuma das áreas afetadas —em seu lugar, foram o ministro Ricardo Salles (Ambiente) e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), como presidente interino, em outubro.

Enquanto isso, o governo disparava declarações sem provas sobre o assunto. Salles insinuou, sem apresentar provas e usando uma imagem antiga, que um navio do Greenpeace poderia ser o responsável pelo vazamento de petróleo. Bolsonaro também voltou a atacar as ONGs —acusadas por ele de provocar os incêndios de agosto na Amazônia— e reclamou de um suposto silêncio das organizações em relação ao derramamento de óleo.

Enquanto órgãos ambientais estaduais e biólogos recomendavam cautela no consumo de animais e no contato com a água e a areia atingidas pelo óleo, Jorge Seif Junior, secretário de Aquicultura e Pesca, afirmou, em uma das lives semanais do presidente, a frase de repercussão que até apareceu em prova do vestibular da Uece (Universidade Estadual do Ceará): “O peixe é um bicho inteligente. Quando ele vê uma mancha de óleo ali, capitão, ele foge, ele tem medo. Então, obviamente, você pode consumir o seu peixinho sem problema nenhum”.

Segundo reportagem da Folha, um dos motivos que podem explicar a demora na ação foi a extinção pelo governo Bolsonaro, em abril deste ano, de conselhos responsáveis pela resposta a desastres com óleo. Foram extintos os comitês Executivo e o de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água (PNC), criado durante o governo Dilma Rousseff (PT).

Um manual para direcionar as ações do governo e colocar ou não o PNC em prática em caso de desastre também aponta a demora da gestão Bolsonaro em agir. Com 35 perguntas, o manual ajuda a avaliar a magnitude do problema e se há necessidade de dar prosseguimento ao plano.

Entre as perguntas estão: a fonte de descarga não foi controlada? Há possibilidade de ampliar a(s) área(s) impactada da(s)? Há possibilidade de o óleo causar impactos ambientais de relevante comoção social? Há possibilidade de o óleo afetar área de importância socioeconômica?

As respostas positivas para as questões acima no caso desse último vazamento indicam que o plano poderia ter sido acionado logo nos primeiros dias do desastre.

Quando isso ocorre, um coordenador operacional é designado para acompanhar o vazamento, o que só foi feito em 11 de outubro em ofício interno pelo ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente). Naquela data, 43 dias após o início das manchas, 155 locais e todos os estados do Nordeste já tinham sido afetados.

Outra prova da ação insuficiente do governo é a grande quantidade de trabalho de voluntários empenhados em limpar as praias. Muitos pescadores, moradores e donos de pousadas se arriscaram e tiraram óleo das praias com as próprias mãos, com pouca ou nenhuma proteção para as vias respiratórias e os olhos.

Especialistas alertaram para o risco de intoxicação ao respirar o óleo e ter contato com o material, e voluntários depois foram hospitalizados com ardor nos olhos, dor de cabeça forte, falta de ar, cólica, náusea e coceiras no corpo. Após meses de limpeza, relatos de exaustão e estafa mental eram comuns.

É preciso considerar, porém, que o petróleo viajou abaixo da superfície do mar, o que dificultou a sua detecção por satélite e a remoção.

O causador da crise ainda é uma incógnita. Em novembro, a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em uma agência marítima no Rio, e tinha como alvo o navio Bouboulina, de bandeira grega. Ele apareceu como suspeito em análise da empresa privada Hex Tecnologia.

Na última quinta (18), porém, o coordenador-geral do Cenima (Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais), Pedro Bignelli,

disse em depoimento na Câmara para a CPI do óleo que o Ibama havia rejeitado o relatório da Hex.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 23/12/2019

**Seção:** Coluna

**Autor:** Ancelmo Gois

**Título:** Porque parou? Parou por quê?

É impressão minha ou a abertura do mercado de gás anunciada com toda pompa em julho por Bolsonaro anda meio parada? Na época, o governo prometeu derrubar o preço em até 40%.

**MME / ASCOM.**